



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITOS: UMA DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS UTILIZADAS NA GESTÃO DAS COOPERATIVAS

Grupo de trabajo: 01. Ciencia, Tecnologías e Innovación

Alisson Renan Scheidt

alissonrenanscheidt@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro

Brasil

Monica Aparecida Bortolotti

monica_economia@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro

Brasil

Edson Luis Kuzma

edson.kuzma@gmail.com

Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro

Brasil

Tiago Eloy da Luz

tiagomall_elay@hotmail.com

Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

As cooperativas de créditos atuam no Brasil desde 1902, inseridas no cenário econômico financeiro, com fundamental importância para a sociedade brasileira, na medida em que promovem a aplicação de recursos privados e públicos, assumindo assim os riscos em favor da própria comunidade em que atuam. Dessa forma, boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, capazes de alinhar interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico a longo prazo de uma organização, contribuindo com a qualidade da gestão. Neste sentido, a presente pesquisa foi realizada com o objetivo estabelecido em verificar quais são as principais práticas de governança corporativa utilizadas nas cooperativas de créditos. Com relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois pretende analisar as informações semelhantes que são divulgadas pela cartilha de governança corporativa em cooperativas de créditos. Quanto aos procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica por estar fundamentada em publicações já realizadas e, documental por se utilizar de documentos acerca da temática pretendida, também por embasar-se em leis e decretos. Em sua abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois objetiva identificar as principais práticas de governança utilizadas. Ao analisar as principais práticas de governança corporativas utilizadas em cooperativas de créditos é possível identificar que tais instituições pertencem ao setor financeiro, e que esse segmento está exposto ao elevado risco sistêmico, esse fator exige que tais instituições devem estar norteadas por vários princípios de governança corporativa capazes de auxiliar positivamente o processo de gestão. Pois, de acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa a adoção de boas práticas de governança nessas instituições financeiras devem envolver mecanismos que venham a fortalecer suas estruturas e processos, de forma sistematicamente articulada, para articular e ampliar os fatores de segurança geral, reduzindo o risco das operações realizadas, elevando a eficiência institucional. Diante dos principais resultados encontrados, torna-se evidente que as cooperativas de créditos devem observar a política de governança corporativa que é aprovada pela assembleia geral, abordando os aspectos de representatividade, participação, direção estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle, direcionando todos os processos para os princípios da transparência, equidade, ética, responsabilidade corporativa, resultando em uma correta prestação de contas.

Palavras-Chave: Governança Corporativa; Cooperativas de Créditos; Práticas Adotadas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

Credit cooperatives have been operating in Brazil since 1902, inserted in the financial economic scenario, with fundamental importance for Brazilian society, in that they promote the application of private and public resources, thus taking risks in favor of the community in which they operate. In this way, good corporate governance practices convert basic principles into objective recommendations, capable of aligning interests with the purpose of preserving and optimizing the long-term economic value of an organization, contributing to the quality of management. In this sense, the present research was carried out with the objective established to verify which are the main corporate governance practices used in credit cooperatives. Regarding the objectives, this is a descriptive research, since it intends to analyze the similar information that is disclosed by the corporate governance booklet in credit cooperatives. As for the procedures, this research is characterized as bibliographical because it is based on publications already carried out and, documentary for using documents about the subject matter, also based on laws and decrees. In its approach to the problem, the research is classified as qualitative, as it aims to identify the main governance practices used. When analyzing the main corporate governance practices used in credit cooperatives, it is possible to identify that such institutions belong to the financial sector, and that this segment is exposed to high systemic risk, this factor requires that such institutions should be guided by several principles of corporate governance capable of positively assisting the management process. According to the Brazilian Institute of Corporate Governance, the adoption of good governance practices in these financial institutions should involve mechanisms that strengthen their structures and processes, in a systematically articulated way, to articulate and broaden the general security factors, reducing the risk of operations performed, increasing institutional efficiency. Considering the main results, it is evident that credit cooperatives must observe the corporate governance policy that is approved by the general assembly, addressing aspects of representativeness, participation, strategic direction, executive management, supervision and control, directing all processes for the principles of transparency, fairness, ethics, corporate responsibility, resulting in a correct accountability.

Keywords

Corporate governance; Credit Cooperatives; Adopted Practices.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. INTRODUÇÃO

Um tema que vem conquistando destaque, no meio empresarial é a Governança Corporativa, que de acordo com Índice de Governança Corporativa (IBGC), os primeiros registros da consolidação desses mecanismos no Brasil, se deram com a chegada das grandes organizações norte americanas que atuavam no país, conseqüentemente, tornaram-se mais difundidas a partir da reforma da Lei das Sociedades Anônimas, ou seja, é pautada pelos princípios básicos de transparência, equidade, prestação de contas e cumprimento de metas e ética na condução de suas atividades (Ibcg, 2017).

As cooperativas de créditos estão inseridas no ambiente econômico financeiro, no Brasil desde 1902, com fundamental importância para a sociedade brasileira, na medida em que promovem a aplicação de recursos privados e públicos, e assumem riscos em favor da própria comunidade em que atuam (Bacen, 2016). Boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, capazes de alinhar interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico a longo prazo de uma organização, contribuindo com a qualidade da gestão (Ibcg, 2017).

Dessa maneira, Governança Corporativa é um sistema pelo qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento com os sócios, conselho de administração, órgão de fiscalização, e a sociedade civil como um todo e é pautada pelos princípios da Transparência, Equidade, Prestação de Contas, Cumprimento de Leis, acima de tudo agindo sempre com Comportamento Ético em suas operações (Ibcg, 2016)

2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As primeiras cooperativas no Brasil surgiram a partir do século XX, influenciadas pela imigração européia, com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas, pautada pelos princípios da solidariedade e organização da sociedade, bem como para resolver os problemas de crédito, produção e consumo (Shrdoer, 1998).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Surgem com a proposta de promover o controle social, ampliar a captação e a disponibilidade de recursos, bem como amparar juridicamente os contratos, pautados pela necessidade de se ter uma instituição financeira, diferenciada do sistema tradicional, sendo assim, tais cooperativas estão inseridas no cenário econômico e financeiro do país, com grande importância para a sociedade brasileira, na medida em que buscam promover a aplicação de recursos privados e públicos, assumindo os possíveis riscos, em favor dos seus associados (Sebrae, 2017).

Dessa forma, pode-se acrescentar que as cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras, públicas, privadas, e correspondentes bancários. (Bacen, 2008).

Segundo Bittencourt (2001), uma cooperativa de crédito é uma associação que presta basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos: financia a produção e os investimentos, recebe faturas, fornece talão de cheques e opções de investimentos aos seus associados. Por outro lado, sua especificidade é diferente de um banco, pois seus proprietários são os seus clientes, não precisando ter lucro para funcionar, bastando ser remunerado o suficiente para saldar as suas próprias contas.

Outro aspecto relevante dessas sociedades são que elas não tem fins lucrativos, o que acarreta em preços, valores e taxas mais acessíveis e competitivas, do que os bancos tradicionais. Além disso, ao final de todo ano, após serem apuradas as sobras de exercícios, as cooperativas convocam seus sócios para uma assembléia geral, onde são deliberadas e destinadas as sobras que houverem (Sebrae, 2017).

A seguir, na figura 01, tem-se o panorama do segmento das Cooperativas de Créditos, a partir do ano de 2008, até o ano de 2015:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Panorama do Segmento – Cooperativas de Crédito

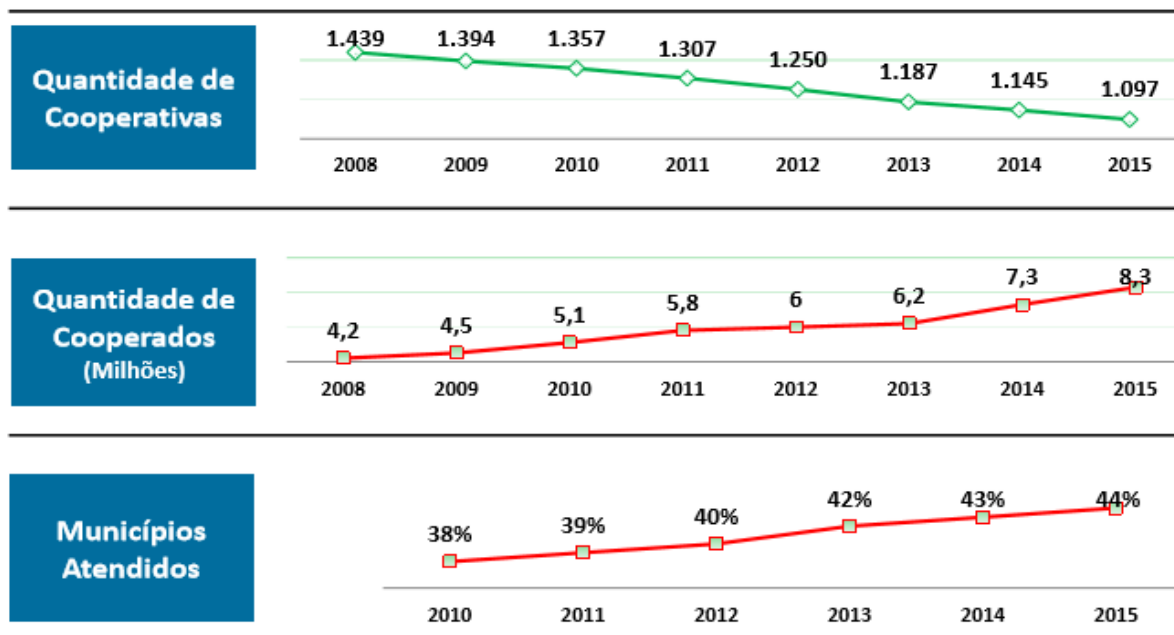


Figura 01 Saldo da atuação das cooperativas de crédito

Fonte: BACEN, 2017.

De acordo com a figura 01, é possível identificar que o número de Cooperativas vem diminuindo, ano após ano, porém a quantidade de sócios e cooperados vem crescendo na mesma proporção, anualmente. Outro ponto relevante é que, mesmo com a quantidade de cooperativas em queda, o número de municípios atendidos, cresce a cada ano, isso devido ao fortalecimento e aos investimentos que estão sendo feitos neste segmento financeiro, onde diariamente novos clientes buscam as cooperativas, e se associam, objetivando participar ao final de cada exercício social das sobras de lucros que a cooperativa disponibilizam.

3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em suas origens, Governança Corporativa teve seu despertar em meados do século 20, onde a economia dos diferentes países tornou-se cada vez mais marcada pela integração aos dinamismos



do comércio internacional, assim como pela expansão das transações financeiras em escala global (Ibcg, 2017).

Neste contexto, as companhias foram objeto de sensíveis transformações, uma vez que o acentuado ritmo de crescimento de suas atividades promoveu uma readequação de sua estrutura de controle, decorrente da separação entre a propriedade e a gestão empresarial. A origem dos debates sobre Governança Corporativa remete a conflitos inerentes à propriedade dispersa e à divergência entre os interesses dos sócios, executivos e o melhor interesse da empresa (Batista, 2009).

O termo governança corporativa pode ser definida de várias formas, porém, seu objetivo único é garantir o bom desempenho financeiro das organizações, com base em uma gestão eficaz e que harmonize os interesses da equipe diretiva, contemplando todos os níveis hierárquicos, sem esquecer as demais partes interessadas, bem como: acionistas, governo, funcionários, clientes, fornecedores e a sociedade civil como um todo (Banzas, 2005).

Pautada por princípios que buscam viabilizar a transparência das ações de uma empresa, a governança corporativa pode ser definida como o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve e outros mercados, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas (Cvm, 2017).

A seguir, na figura 02, temos os princípios básicos, em que as práticas de Governança Corporativa é pautada:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

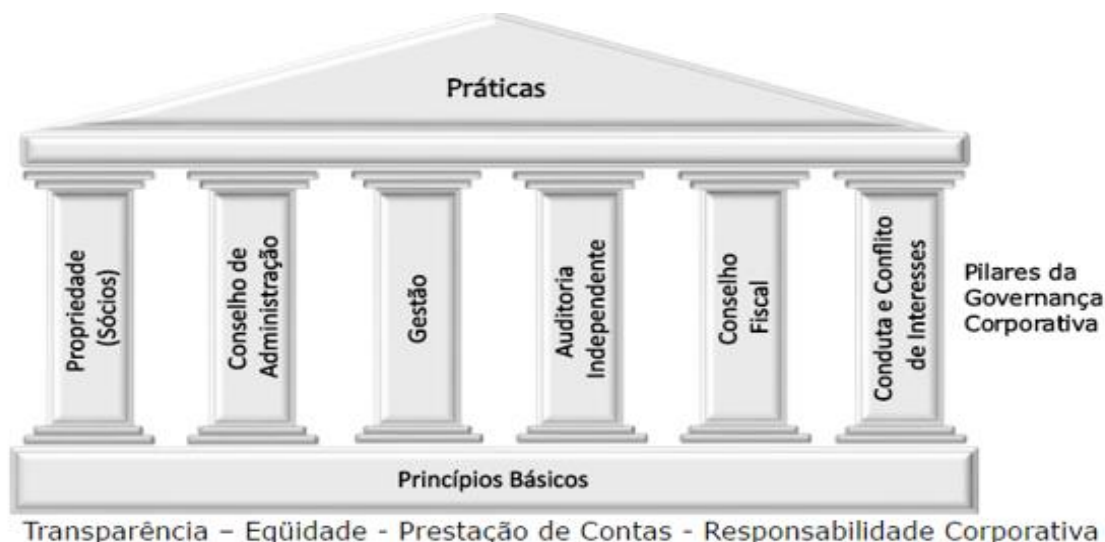


Figura 02: Fundamentos das Governança Corporativa

Fonte: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), 2017.

Na figura 02 é possível identificar que dentre os princípios básicos das práticas de governança corporativa estão: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o princípio da transparência define-se como o desejo de disponibilizar as informações que sejam interessantes para todas as partes e não apenas aquelas impostas por leis e regulamentos. Essas informações não devem contemplar somente a parte financeira e econômica mas deve incluir também todos os fatores que regem a ação gerencial e que conduzem a otimização da organização.

Sob a óptica da equidade ou *equity*, de acordo com o IBGC, o conceito de equidade abrange o tratamento justo e igualitário de todas as partes interessadas na organização, como os colaboradores, os clientes, os fornecedores, etc. Todas as atitudes discriminatórias, sob qualquer situação, são totalmente inaceitáveis e repudiáveis.

A cerca do princípio da Prestação de Contas (*Accountability*), Lopes (2010) menciona que este se refere a prestação responsável de contas fundamentada nas melhores práticas contábeis e de auditoria, de maneira que a prestação de contas das atividades de uma empresa garanta maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

companhias, mas também a um número maior de interessados como os empregados, os fornecedores, os investidores, os parceiros, os consumidores e a comunidade.

Na concepção de Maia (2013), o princípio de responsabilidade corporativa, diz respeito ao comportamento em que os líderes das empresas devem adotar, durante o processo de gestão, ao dar devida importância às questões de ordem social e ambiental na definição das estratégias e dos negócios, zelando pela perenidade e sustentabilidade dentro das organizações. Esse princípio busca a implantação da "função social", que deve incluir algumas questões como a melhoria na qualidade de vida e a qualificação e diversidade da força de trabalho.

Para Junior (2013) as práticas de governança corporativa, são instrumentos utilizados para aperfeiçoar a administração da sociedade empresaria, mobilizando esforços conjuntos dos seus sócios, acionistas, conselho de administração, conselho fiscal, auditoria e assembleias em geral, na constante busca por melhores resultados, transmitir mais confiança aos investidores, e também, vislumbrando a continuidade da atividade empresarial e/ou comercial. Ainda sob essa óptica, é possível inferir que, companhias ou empresas com práticas de governança corporativa em sua gestão, tendem a ser mais investidas e valorizadas.

Com a globalização da economia e o aumento do fluxo de capitais, Banzas (2005) afirma que os investidores internacionais estão investindo cada vez mais na adesão de altos padrões de governança corporativa nas empresas que investem, tendo em vista que de certa forma existe uma relação direta das práticas de governança, com a redução do risco de incertezas, e o caráter internacional dos investimentos, ainda sobre os seus benefícios, boas práticas de governança proporcionam reflexos positivos de âmbito social, econômico e ambiental, haja visto que as empresas estão direcionadas na constante busca para se obter um desenvolvimento operacional mais eficaz e sustentável.

Porém, Assaf Neto (2009) salienta que o simples fato de uma empresa aderir a um dos níveis de práticas de governança corporativa, não irá representar diretamente um impacto positivo no seu desempenho, porém ela estará assumindo compromissos adicionais que propiciam uma redução na percepção de risco dos investidores, o que invariavelmente, leva a uma melhoria no seu desempenho institucional.



O sistema de Governança pode ser adotado por qualquer tipo de companhia, e até mesmo pela administração pública, o que torna-se interessante analisar as principais práticas adotadas pelo segmento financeiro e bancos comerciais. Tendo em vista que tais instituições financeiras desempenham papel essencial na economia de todo o país, estimulando o crescimento, e promovendo o fluxo de capital entre os agentes que desejam poupar, e os tomadores desses recursos (Gamerro, 2013).

4 GOVERNAÇA CORPORATIVA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITOS

As sociedades Cooperativas estão regulamentadas pela lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas (Shrdoer, 1998). Apesar de terem sido primeiramente desenvolvidos para empresas, os princípios e práticas de Governança também podem ser adotados e trazer benefícios para organizações não empresariais, por meio do alinhamento de interesses em busca de contribuir para o sucesso da organização e para sua longevidade. Sendo assim, as Cooperativas são parte relevante da economia brasileira e a adoção de práticas de governança pode contribuir para aprimorar sua administração e os relacionamentos entre todos os agentes desse sistema, sendo eles: cooperados, administradores, funcionários e a sociedade como um todo, reduzindo possíveis conflitos e riscos inerentes a esse tipo de organização (Ibcg, 2017).

Segundo definição do Sebrae (2017), cooperativa de crédito é uma instituição de crédito organizada sob forma de sociedade cooperativa, mantida pelos próprios cooperados, que exercem ao mesmo tempo o papel de donos e usuários, tais cooperativas, promovem o fortalecimento da economia, democratização do crédito e desconcentração da renda.

É possível identificar a aplicabilidade das práticas de governança corporativa em cooperativa de crédito, tendo em vista que condução destas instituições financeiras devem ser pautadas pelo controle das ações e responsabilidades com a participação efetiva de todos os sócios, na fiscalização e no acompanhamento dos atos de gestão dos dirigentes executivos, levando em



consideração a existência das complexas relações contratuais pertinentes a este ambiente institucional(SOARES & BALLIANA 2009).

5 METODOLOGIA

Com relação aos objetivos do presente estudo, trata-se de uma pesquisa descritiva por ter como objetivo principal a descrição das características de um fenômeno (Gil, 2002), ou seja, pretende-se analisar quais as informações semelhantes, divulgadas na cartilha de governança corporativa em cooperativas de créditos. Quanto aos procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. Esta pesquisa é bibliográfica por estar fundamentada em publicações já realizadas sobre o tema abordado, e que auxiliaram na construção da presente pesquisa. Trata-se de uma pesquisa documental por utilizar documentos de segunda mão que não tiveram um tratamento analítico (Gil, 2002).

Em sua aplicabilidade a pesquisa é documental por embasar-se em leis e em publicações via site, também bibliográfica por construir o referencial teórico da pesquisa. Quanto a abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois de acordo com Beuren (2003), na modalidade qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado.



6 RESULTADOS

Ao analisar as principais práticas de governança corporativas utilizadas em cooperativas de créditos é possível identificar que as cooperativas pertencem ao setor financeiro, e que esse segmento está exposto ao elevado risco sistêmico, esse fator exige que tais instituições devem estar norteadas por vários princípios de governança corporativa capazes de auxiliar positivamente o processo de gestão.

Dentre elas estão os órgãos reguladores e fiscalizadores do sistema financeiro, auditoria interna e externa, transparência das operações realizadas com os fundos garantidores de crédito, conselho de administração, conselho de gestão executiva, conselho fiscal, conta também com a adoção de valores éticos institucionais de cada cooperativa, porém a responsabilidade principal pelo bom funcionamento de todos os controles e fiscalização, ficam por conta do Conselho de Administração (Bacen, 2016).

De acordo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa a adoção de boas práticas de governança nessas instituições financeiras devem envolver mecanismos que venham a fortalecer suas estruturas e processos, de forma sistematicamente articulada, para articular e ampliar os fatores de segurança geral, reduzindo o risco das operações realizadas, elevando a eficiência institucional (Ibgc, 2016).

Diante dos principais resultados encontrados, torna-se evidente que as cooperativas de créditos devem observar a política de governança corporativa que é aprovada pela assembléia geral, abordando os aspectos de representatividade, participação, direção estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle, direcionando todos os processos para os princípios da transparência, equidade, ética, responsabilidade corporativa, resultando em uma correta prestação de contas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos principais resultados encontrados, pode-se afirmar que os princípios de governança corporativa estão presentes no processo de gestão das cooperativas de créditos, e que tais práticas, possibilitam aos gestores e administradores, adotar uma conduta ética e pautada nestes princípios, para o processo de decisão.

Pode-se inferir ainda, que em todas as empresas, ao aderir os princípios de governança corporativa, estas práticas transmitem maior transparência aos sócios, acionistas, proprietários ou administradores, sendo que este é um objetivo de todas as empresas independente do segmento que atuam. A seguir, na figura 03, tem-se alguns dos principais objetivos, de adoção destas práticas de governança, quando adotadas no segmento das cooperativas de créditos.

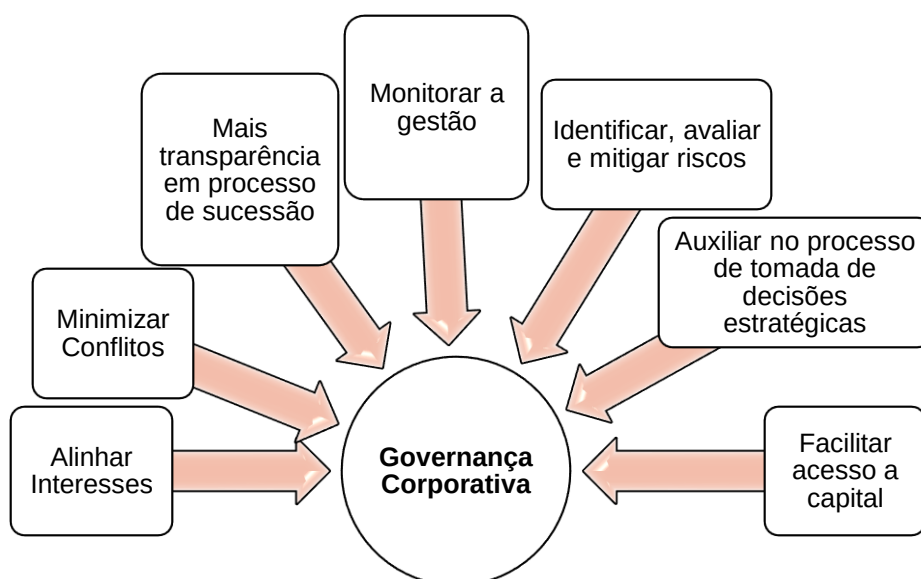


Figura 03: Governança em Cooperativas

Fonte: Instituto Brasileiro de Governança Brasileira (2017).

As cooperativas de créditos devem observar a política de governança corporativa que é aprovada pela assembléia geral, abordando os aspectos de representatividade, participação, direção



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle, ao conduzir os processos de gestão, sempre pautados pelos princípios da transparência, equidade, ética, responsabilidade corporativa.

8 BIBLIOGRAFIA

Banco Central do Brasil (2016) *Microcrédito para as Cooperativas de Crédito*. Recuperado em 10 setembro, 2016, de https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf.

Banco Central do Brasil (2016) *Governança Corporativa*. Recuperado em 10 setembro, 2016, de https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf.

Batista, D; Costa S. A (2009) Contribuição Da Governança Corporativa Para As Cooperativas De Crédito: Um Estudo De Caso. *Monografia*. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110803120212

Beuren, I. M. (2003) *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Chaddad, F. R. (2011) Cooperativas no agronegócio do leite: mudanças organizacionais e estratégicas em resposta à globalização. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 9, n. 1.

Colombo, E. Galli; A, J; Claudino, O.(2013) Governança corporativa no Brasil. Níveis de governança e rendimentos anormais. *Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão*, v. 9, n. 4, p. 26-37.

Gil, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2016). *Governança Corporativa*. Recuperado em 10 setembro, 2016, de <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>.

Junior, S. (2005) Controles Internos. de Governança Corporativa. *Revista do BNDES*, p. 149-188, 2

Lopes, E. C. (2010) Governança Corporativa em Empresas de Capital Aberto: Uma contribuição da Ciência da Informação para a Análise da Informação Estratégica. 2010. 153 f. *Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)* - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Recuperado em 10 setembro, 2016, de https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/lopes_ec_me_mar.pdf



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Maia, M..*Governança Corporativa: O que é, Princípios e Importância*. 2013. Recuperado em 10 setembro, 2016, de http://admsolucoes.blogspot.com.br/2013/07/governanca-corporativa-o-que-e_11.html

Soares, M. M; Balliana, G.M. (2009).*Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito*. Brasília: BCB.